

Vereadores planejam ter emendas impositivas como às dos deputados

Projeto foi protocolado nesta segunda-feira (17) na sessão do Legislativo e reserva 1,2% da receita líquida do município

ANDRÉ FLEURY MORAES

A Câmara de Bauru deve votar dentro de algumas semanas uma proposta, assinada por mais de 10 vereadores, que institui as chamadas emendas impositivas no Orçamento municipal. O projeto foi protocolado no Legislativo ontem (17) e pode entrar em pauta já na semana que vem. O texto está em tramitação nas comissões permanentes para emissão de parecer.

Se aprovadas, as emendas impositivas em Bauru funcionariam da mesma forma como acontece na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Assim, cada vereador teria uma verba anual para distribuir a órgãos de seu interesse — com a condição legal de que metade do valor seja destinado à Saúde; a outra metade, a obras ou entidades. Por ser impositiva, a prefeitura é obrigada a atender as demandas dos parlamentares.

A proposta, embora não esteja assinada por todos os vereadores, não enfrenta resistência no âmbito da Câmara. E tampouco no Executivo, garante o líder do governo no Legislativo, o vereador Júnior Rodrigues (PSD). “Conversei com a prefeita [Suéllen Rosim (PSC)] sobre a matéria e não houve discordâncias”, afirma.

O texto em tramitação na Câmara prevê a destinação de 1,2% (valor máximo permitido pela legislação) da receita corrente líquida do município às emendas impositivas. Em números de Bauru, a cifra a que cada vereador teria direito atingiria pouco mais de R\$ 800 mil, caso o projeto entrasse em vigor no ano que vem.

PROCEDIMENTO

Como se trata de uma Emenda à Lei Orgânica, o projeto que cria as emendas impositivas precisa ter voto

TEMPO

Emendas impositivas devem passar, mas não há consenso sobre quando entram em vigor

favorável de ao menos dois terços do plenário, o equivalente a 12 vereadores em Bauru. Tudo indica que a proposta será aprovada. “Conversei com os vereadores e nenhum se posicionou contra as emendas”, afirma o vereador Eduardo Borgo (PMB), um dos entusiastas do projeto.

Resta definir, no entanto, a data em que o texto entrará em vigor caso passe na Câmara. Borgo defende que, se criadas até o final deste ano, as emendas impositivas podem encontrar espaço no orçamento de 2023. Júnior Rodrigues, enquanto isso, avalia ser prematuro falar em prazos no momento.

“Ainda temos que analisar o projeto e conversar com o Executivo, até porque a proposta do Orçamento para o ano que vem já está pronta na Câmara. Mexer nela poderia ser arriscado, e vamos conversar com o Executivo para entender se uma eventual aprovação para o próximo ano prejudicaria o governo em algum setor”, afirma Rodrigues, que deve votar a favor do projeto.

ESPAÇO

Embora não seja tão comum a nível municipal, o instrumento da emenda impositiva ganha cada vez mais espaço nas Câmaras. Em Jaú, por exemplo, a medida foi aprovada no início de 2022. Em Botucatu, o projeto é ainda mais recente: as emendas foram avalizadas pela Câmara

Gilson Rodrigues e demais vereadores, durante a sessão desta segunda-feira



Pedro Romualdo

em 4 de outubro deste ano.

“A emenda é um direito do vereador. Acontece em Brasília, em São Paulo e também nos municípios. Há previsão constitucional para isso”, afirma Borgo. “Em Bauru, por exemplo, o vereador Marcelo Afonso defende essa medida há bastante tempo”, prossegue.

CLIMA

Embora já tenha muito mais assinaturas do que o mínimo necessário, o projeto que institui as emendas impositivas em Bauru gerou desconforto entre alguns vereadores. Segundo apurou o JC, a base do governo na Câmara teria pedido alguns dias a mais para ana-

lisar o texto antes de a proposta ser apresentada.

Responsável por colher assinaturas ao projeto, Eduardo Borgo teria se antecipado ao acordo com a base governista ao protocolar o texto ontem — razão pela qual o esboço da proposta não estaria assinado por todos os vereadores.